

A FORMAÇÃO DA CAFEICULTURA EM BANANAL, c. 1800 – c. 1830

Breno Aparecido Servidone Moreno¹
Mestrando em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
E-mail: breno.moreno@usp.br

Resumo

A rebelião escrava de Saint Domingue (1791-1804) desestruturou as *plantations* da região, alterando de forma profunda a oferta mundial de café. Aproveitando o vácuo no mercado internacional, a América portuguesa passou a se dedicar à lavoura de café, sendo que Bananal, localizada no médio Vale do Paraíba, foi uma das primeiras a cultivar o arbusto. Os cafezais foram ali introduzidos na passagem do século XVIII para o XIX e passou a ser cultivado em larga escala a partir de 1815 com a volta da paz na Europa e a reorganização dos mercados consumidores. Para analisar o impacto da introdução e deslanche da cafeicultura na região, foram selecionados dois dos maiores cafeicultores escravistas que faleceram nos anos 1830. Com base nas Listas Nominativas de Habitantes dos anos de 1817, 1822 e 1829, acompanhou-se a trajetória de cada um destes indivíduos. Por fim, foram analisados os seus inventários *post mortem* abertos na década de 1830. Assim, foi possível investigar a montagem da cafeicultura na região bem como as estratégias de gestão das empresas agrícolas destes cafeicultores ao longo do período em tela.

¹ Mestrando em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O texto apresentado faz parte de uma pesquisa mais ampla, que contou com o apoio financeiro da FAPESP.

A inserção do povoado de Bananal no mercado mundial de café

Os primeiros pesquisadores que trataram do tema da formação da cafeicultura na América portuguesa argumentaram que a crise da mineração e a volta das atividades agrícola-exportadoras, na passagem do XVIII para o XIX, teriam permitido o financiamento da cafeicultura. Segundo estes autores, o café passou a ser cultivado em grandes proporções após a eclosão da revolução escrava de Saint Domingue (1791-1804) e o avanço da industrialização na Europa Ocidental e Estados Unidos. Nesse sentido, os senhores de escravos teriam mobilizado seus recursos ociosos (escravos e capitais), derivados da crise da mineração, para investir na atividade cafeeira (CANABRAVA, 2005; COSTA, 1989; FURTADO, 1974; PRADO JUNIOR, 1985; SIMONSEN, 1940; STEIN, 1990; VALVERDE, 1985).

Sabe-se atualmente que houve uma estreita relação entre a crise da mineração e a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, mas não no sentido apontado por aquele modelo interpretativo. Na primeira metade dos Setecentos, o ciclo do ouro promoveu, no centro-sul da América portuguesa, a viabilização de uma infraestrutura necessária para abastecer a região das Minas com mantimentos, animais e escravos. Articulou-se um significativo tráfico atlântico entre os portos da África Central e Rio de Janeiro, controlado pelos negociantes fluminenses. Construíram-se duas estradas que cortavam o Vale do Paraíba: a do Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, aberta no começo do XVIII; e a do Caminho Novo da Piedade, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo, concluída na década de 1770. Estruturou-se, por fim, um eficiente sistema de transporte de tropas de mulas necessário para vencer a topografia irregular da região. Estas alterações na paisagem econômica aliada à existência de uma imensa área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, oriundas da política oficial das “zonas proibidas”, seriam fundamentais para a expansão da cafeicultura nos anos de 1830. De todo modo, essa infraestrutura não seria utilizada para a cafeicultura nas décadas de 1790 e 1800. Com o impacto da revolução escrava de Saint Domingue, os escravistas voltaram-se principalmente para a atividade açucareira (MARQUESE; TOMICH, 2009: 353-354).

A fundação do povoado de Bananal relaciona-se à abertura da estrada do Caminho Novo da Piedade.² O caminho, que conectava a capitania de São Paulo ao Rio de Janeiro, foi construído com a finalidade de facilitar os contatos entre a sede do Vice-Reino e as minas de Goiás e Mato Grosso. A obra, levada a cabo pelos irmãos Domingos e Manuel Antunes Fialho, seria concluída apenas na década de 1770. Neste último período, o então Capitão-Mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, recebeu uma sesmaria de terras, localizada na região de Bananal, e a ele foram delegados poderes para distribuir outras sesmarias ao longo do “Caminho” para os indivíduos que cooperaram com a sua construção. Dentre os contemplados, destacam-se o Alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal e João Barbosa de Camargo. Este último, juntamente com sua esposa, Maria Ribeiro de Jesus, edificaram em suas terras uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Livramento, em 1783, em torno do qual seria desenvolvido o povoado de Bananal (RODRIGUES, 1980: 23-27; MOTTA, 1999: 35-37).

Não se sabe ao certo o momento em que as primeiras mudas de café foram introduzidas em Bananal. Pode-se apontar, todavia, a existência de cafezais desde o início da década de 1790, já que, em 1799, há pela primeira vez a menção à sua produção. Joaquim da Silva, Inácio Ribeiro e João Dias Gonçalves, que trabalhavam “em terras de favor”, produziram, respectivamente, 2, 2 e 5 arrobas de café, que foram vendidas no mercado. Além disso, os três agricultores colheram mantimentos (milho, feijão e arroz), que foram consumidos “em casa”. Provavelmente, a colheita de café de 1801 foi omitida na lista nominativa; isso se comprova pelo fato de, em 1802, ter sido arrolada a produção de 40 arrobas. O domicílio de João Dias Gonçalves foi o responsável pela safra colhida, remetida ao Rio de Janeiro. Gonçalves vivia “a favor do Capitão Hilário Gomes Nogueira” – abastado senhor de engenho da região –, e continuou produzindo gêneros de subsistência (MOTTA, 1999: 49-50).

Em 1801, Bananal contava com uma população de 978 habitantes (401 escravos e 577 livres). Dos 124 fogos/domicílios existentes, apenas quatro (3,2%) produziam açúcar/aguardente, além de mantimentos para o próprio consumo. A maior parte dos fogos (70,1%) dedicava-se às lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo que em apenas sete deles houve comercialização de excedentes. Dos 44 fogos escravistas, 79,5% voltavam-se exclusivamente à produção de mantimentos, 2,3% criavam animais e 11,4% produziam açúcar/aguardente. As duas primeiras atividades detinham 54,9% da mão de obra da região, enquanto a última mantinha o domínio de 176

² Atualmente, o Caminho Novo da Piedade é constituído pelos municípios de Lorena, Queluz, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí, Bananal e São João Marcos.

escravos (43,9%). Nesse ano, porém, não se registrou a produção de café em nenhum fogo (MOTTA, 1999: 46-50; 114; 128).

A vinda da família real para a América, em 1808, foi de suma importância para o arranque da cafeicultura no Vale do Paraíba. O aumento da população no Rio de Janeiro ampliou expressivamente a demanda por gêneros alimentícios, estimulando a Coroa a construir novas vias que ligassem diretamente os locais de produção de mantimentos à nova Corte. Dentre essas estradas, as da Polícia e do Comércio seriam fundamentais para a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba. Vale lembrar que dois dos maiores municípios cafeeiros do século XIX – Vassouras e Valença – seriam fundados na margem destas estradas (MARQUESE; TOMICH, 2009: 353-354). O decreto de livre comércio, em 1808, uma das primeiras medidas adotadas pela Coroa, permitiu a conexão direta dos senhores de escravos com o mercado mundial. Nesse sentido, houve um aumento imediato na demanda por escravos na colônia: na década de 1800, cerca de 14.000 cativos africanos desembarcaram anualmente no centro-sul da América portuguesa e, no decênio seguinte (1811-1820), o número elevou-se consideravelmente, atingindo uma média anual de 22.000 africanos.³

A composição da oferta mundial de café também contribuiu de modo decisivo para a montagem e o deslanche da cafeicultura no Vale do Paraíba. Em 1790, Saint Domingue era a maior produtora mundial de café, responsável pelo fornecimento de quase a metade do que se consumia nos mercados metropolitanos. No entanto, a revolução escrava na região desestruturou as *plantations* escravistas, alterando profundamente a oferta mundial do artigo, justamente numa conjuntura de curva ascendente de consumo. Logo, a saída de Saint Domingue do mercado repercutiu de imediato nas demais regiões cafeeiras do globo. Neste contexto, a cafeicultura expandiu-se no Vale do Paraíba nas primeiras décadas do XIX: entre 1797-1811, a exportação do artigo girou em torno de 400 t anuais; de 1812 a 1816 – com os preços em alta no mercado mundial – subiu para 1.500 t anuais; meia década depois (1817-1821), a produção quadruplicou, atingindo 6.100 t ao ano; entre 1822-1823, a produção cresceu duas vezes, igualando-se a 13.500 t (MARQUESE; TOMICH, 2009: 345-7; 354-6).

Em Bananal, a produção de café majorou-se significativamente no mesmo período. A colheita dos grãos saltou de apenas 40 arrobas, em 1802, para 806 arrobas em 1814. Três anos depois, a exportação do artigo quintuplicou-se, atingindo a soma de 4.049 arrobas. Neste mesmo ano, a população total da Freguesia era de 2.926 habitantes (1.010 escravos e 1.916 livres). Dos 449

³ Os dados citados acerca do tráfico atlântico de escravos africanos foram retirados de <http://www.slavevoyages.org>.

fogos existentes, 158 (35,1%) dedicavam-se ao cultivo de mantimentos e, eventualmente, à produção de toucinho; somente em três desses domicílios comercializaram-se os excedentes. Por sua vez, 103 domicílios (22,9%) voltavam-se à produção de café, três de maneira exclusiva. Quanto aos fogos escravistas, 121 no total, apenas cinco (4,7%) produziam açúcar/aguardente; 62 (51,2%) já tinham como principal atividade o cultivo de café e, por fim, 28 (23,1%) plantavam mantimentos. Os cafeicultores detinham parcela majoritária da mão de obra da região, 645 cativos (63,9%), o que denota claramente a importância que a cafeicultura adquiriu nos últimos anos. Por outro lado, os produtores de açúcar/aguardente possuíam 160 cativos (15,8%) e os produtores de víveres eram donos de 162 escravos (16,0%) (MOTTA, 1999: 46-7; 114; 128).

Os agricultores que investiram na montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba enfrentaram um problema comum: a ausência de crédito agrícola bancário. Ademais, os pés de café, depois de plantados, demoravam de três a cinco anos para dar os primeiros frutos. Os lavradores precisavam ter uma fonte de renda alternativa, enquanto o arbusto não entrava em plena produção. Deste modo, a alternativa encontrada pelos agricultores para financiar suas lavouras consistiu em combinar o cultivo de gêneros com o de café (LUNA; KLEIN, 2005: 82-83).⁴ Saint-Hilaire (1974: 102), ao atravessar o Caminho Novo da Piedade, em 1822, anotou em seu diário de viagem que “planta[va]-se muito comumente milho e feijão entre os cafeeiros”. Além de ter permitido o autofinanciamento das lavouras de café, a medida tinha a finalidade de sombrear os pés recém-plantados e, ao mesmo tempo, manter os cativos trabalhando no cultivo dos mantimentos.⁵ As informações contidas na lista nominativa de 1822 apontam claramente a importância da atividade cafeeira em Bananal. A colheita de grãos cresceu cerca de 560% em relação a 1817, atingindo a marca de 22.472 arrobas. Neste ano, a população livre reduziu-se a 1.343 habitantes, enquanto o número de cativos elevou-se a 1.575.⁶

Com a independência política do Brasil, no mesmo ano, a coroa britânica – em troca do reconhecimento do novo Estado soberano – exigiu de D. Pedro a assinatura de um tratado que decretasse o fim do tráfico de africanos. O compromisso, firmado em 13 de março de 1827, previa a supressão do “infame comércio” em três anos (MARQUESE; TOMICH, 2009: 364-365). Deste

⁴ A respeito do crédito agrícola, os autores não argumentam que havia outras formas de adquirir créditos locais e regionais para financiar as lavouras de café. O crédito poderia ser obtido a partir de empréstimos concedidos pelos grandes proprietários e negociantes da região, inclusive de outras localidades; por meio das ordens religiosas, tradicionais na usura desde os tempos iniciais da colônia; através da “caixa de órfãos”, controlada pelo Juiz de Órfãos, que igualmente emprestava dinheiro a juros. Seja como for, estas formas de crédito não estariam disponíveis, a princípio, para todos os indivíduos, dependendo sobretudo das relações pessoais mantidas entre os agricultores e os usurários.

⁵ Padre Aguiar (1836: 9) apontou que, nas ruas do cafezal, podiam-se cultivar mantimentos para utilizar a capina de uma cultura em proveito da outra, economizando tempo e trabalho.

⁶ AESP. 1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças (Bananal). José F. Motta (1999: 152-7) afirma que o decréscimo de indivíduos livres em Bananal ocorreu em virtude de reordenações administrativas na Vila de Areias.

modo, os escravistas aceleraram as importações de cativos em meados da década de 1820: entre 1826-1830, desembarcaram nos portos do centro-sul cerca de 220.000 africanos, sendo que no lustro anterior o volume girou em torno de 153.000 almas.⁷ Parte destes cativos foi recrutada pelos cafeicultores de Serra Acima, que resultou na expansão das lavouras e, por conseguinte, no aumento vertiginoso da produção de café.

Em 1829, Bananal era composta de 420 fogos e sua população somava 4.019 habitantes (2.282 escravos e 1.737 livres). Os domicílios dedicados à produção de café elevaram-se significativamente no período, perfazendo a 52,1% do total. O café, portanto, havia se tornado o artigo dominante na região, com uma safra de 45.572 arrobas, equivalente ao dobro do obtido em 1822. Os cafeicultores escravistas correspondiam a 147 indivíduos (75,4%) e concentravam quase a totalidade da mão de obra, 2.030 cativos (88,9%). Por outro lado, os produtores de gêneros e os de açúcar/aguardente mais uma vez perderam sua importância relativa: o primeiro, constituído por 26 escravistas (13,3%), detinha somente 71 cativos (3,1%); o segundo correspondia a apenas um escravista (0,5%) e possuía 105 cativos (4,6%) (MOTTA, 1999: 52; 114; 128).

A cafeicultura desenvolveu-se de modo expressivo nas três primeiras décadas do século XIX em Bananal. Nesse sentido, o governo provincial retirou a Freguesia da alçada da Vila de Areias e a elevou à categoria de Vila, em 1832. Quatro anos mais tarde, em 1836, a produção de café na região atingiu a marca de 64.822 arrobas (cerca de 11,0% da safra colhida em São Paulo), garantindo à Vila o segundo lugar no *ranking* de produção da Província. Neste ano, Bananal possuía 82 fazendas de café, oito engenhos de açúcar, 12 destilarias de aguardente e um engenho de serrar e, além do mais, contava com uma população de 6.708 habitantes (3.238 livres e 3.470 escravos) (MÜLLER, 1838; MOTTA, 1999: 52-53).

A importação maciça de africanos escravizados, no segundo lustro de 1820, permitiu que as exportações de café do Vale do Paraíba se elevassem substantivamente no período: em 1833, a produção do artigo atingiu 67.000 t, o que possibilitou ao Brasil ultrapassar todos os seus demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Demerara e Haiti). O que desperta a atenção é a constatação de que o salto vertiginoso na exportação brasileira de café tenha ocorrido justamente numa conjuntura de queda na cotação dos preços internacionais do artigo.

Segundo Fragoso e Florentino (2001), que analisaram as formas de acumulação endógena da economia escravista colonial na passagem do século XVIII para o XIX, com enfoque na praça mercantil do Rio de Janeiro, a montagem do complexo cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense, nas

⁷ Os dados citados sobre o tráfico atlântico de escravos africanos foram retirados de <http://www.slavevoyages.org>.

décadas de 1820 e 30, teria ocorrido durante a fase de depressão da economia mundial (grosso modo, de 1815-1850), ou seja, num período de baixa cotação dos preços do café no mercado, no período de 1821 a 1833. A reprodução da economia colonial, apontam os autores, alicerçava-se sobre o tripé da oferta elástica de mão de obra, alimentos e terras, configurando um “mosaico de formas não capitalistas de produção”. A existência deste tripé permitiu um acúmulo sem precedentes de capitais pelos comerciantes de *grosso trato* estabelecidos no Rio de Janeiro, que monopolizavam o tráfico atlântico de cativos e as rotas de abastecimento do mercado interno. Em virtude da natureza “arcaica” da formação colonial brasileira, estes grandes negociantes, após acumularem capitais, abandonavam as atividades mercantis e convertiam-se em rentistas urbanos e senhores de terras e escravos, a despeito da taxa de lucro inferior à antiga ocupação (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 92 et seq.).

O que se depreende a partir da leitura desta obra é que a cafeicultura escravista no Vale do Paraíba teria sido montada única e exclusivamente em razão das ações locais dos agentes coevos e não como resposta ao aumento da demanda pelo artigo no mercado internacional. O fato é que a formação da cafeicultura escravista brasileira deve necessariamente ser compreendida à luz de um quadro global mais amplo, tendo-se em vista a sua relação com os espaços locais. A obra de Luna e Klein (2005) é um bom exemplo desta perspectiva. Os autores apontaram que a montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba deu-se após a eclosão da revolta escrava de Saint Domingue, que desorganizou a sua produção escravista de café. Outrossim, a série de furacões que assolou os cafezais dos escravistas cubanos, na década de 1830, colaborou de maneira decisiva para o arranque da atividade cafeeira no Brasil (LUNA; KLEIN, 2005: 84).

Rafael Marquese e Dale Tomich contribuíram igualmente para o debate acerca da montagem da cafeicultura escravista brasileira. Procurando compreender o papel do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial de café, os autores analisaram o quadro global, partindo da premissa de que “os espaços produtivos mundiais se formaram uns em relação aos outros”, e o quadro local, levando-se em consideração “não apenas a composição regional de terra, trabalho e capital, mas igualmente a dinâmica política, vale dizer, as relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e Estado nacional”. Os autores criticaram as assertivas de Fragoso e Florentino, apontando que os produtores brasileiros reagiram prontamente ao sistema de preços do café no mercado internacional. Para tanto, argumentaram que duas especificidades da cultura do artigo têm que ser levadas em conta para que se compreendam as estratégias dos cafeicultores. A primeira se refere ao tempo necessário entre o plantio do arbusto e a colheita dos primeiros grãos, que vai de três a cinco anos.

Deste modo, a resposta dos produtores – em termos de volume de produção – ao aumento nos preços do artigo só viria, no mínimo, após o terceiro ano. Demais, os cafezais, depois de plantados, podiam produzir frutos por vários anos; por isso, os arbustos não podiam ser abandonados só porque num determinado ano a cotação dos preços estava em baixa. Os cafeicultores continuavam cuidando das árvores contando com o aumento futuro nos preços do café (MARQUESE; TOMICH, 2009: 344; 356).

De fato, houve queda nos preços do artigo em Nova York (novo centro de distribuição mundial), que caiu de 21 para oito centavos de dólares por libra⁸ entre 1823 e 1830. No entanto, assim como afirmou Gorender (1991: 82), os autores indicaram que a desvalorização cambial favoreceu aos cafeicultores brasileiros, que passaram a ganhar mais em mil-réis por unidade do produto nos últimos anos da década de 1820. Segundo eles,

Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t (MARQUESE; TOMICH, 2009: 357).

De tudo o que foi dito, pode-se destacar que a montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba deveu-se sobretudo à exclusão de Saint Domingue do mercado mundial. A existência de uma infraestrutura no centro-sul, a disponibilidade de uma vasta área em terras virgens e a vinda da família real para a América portuguesa contribuíram igualmente para a formação e o arranque da economia cafeeira. No geral, a produção cafeeira no Vale do Paraíba cresceu vagarosamente até meados da década de 1810. Com a volta da paz na Europa, a partir de 1815, os preços do café elevaram-se no mercado mundial, incentivando os produtores a expandirem suas lavouras. Até meados dos anos de 1820, apesar da baixa cotação do café no mercado externo e interno, os fazendeiros continuaram cuidando de seus cafezais na expectativa de ganhos futuros. No lustro seguinte, com o aumento dos preços do artigo no mercado interno e o aumento nas importações de escravos africanos, a lavoura cafeeira expandiu-se significativamente, alçando o Brasil ao patamar de maior fornecedor mundial do artigo, deixando para trás todos os demais competidores.

No caso de Bananal, a cafeicultura escravista alastrou-se rapidamente nas primeiras décadas dos Oitocentos, transformando-a numa típica região de *plantation* na década de 1830. Neste quadro,

⁸ Uma libra (medida de volume) corresponde a 0,453 kg.

quais estratégias teriam guiado os agricultores durante a formação dos primeiros cafezais? Qual o impacto do tráfico atlântico de africanos na composição demográfica das escravarias? Qual a dimensão do capital amealhado a partir da atividade cafeeira? E, por fim, pode-se afirmar, conforme Fragoso e Florentino, que os indivíduos que investiram na cafeicultura nas décadas de 1820 e 1830 conduziram suas táticas empresariais com base em outros critérios que não o sistema de preços e a crescente demanda do artigo no mercado internacional?

A montagem da cafeicultura em duas propriedades rurais, c. 1800 – c. 1830

O estudo de casos particulares pode auxiliar a compreensão do quadro mais amplo da montagem da cafeicultura escravista em Bananal e, de um modo geral, no médio Vale do Paraíba nas primeiras décadas do XIX. Antes de tudo, cabe esclarecer a metodologia utilizada na seleção dos dois casos que serão investigados. Primeiramente, identificaram-se os maiores cafeicultores escravistas de Bananal na década de 1830 (aqueles que possuíam mais de 50 cativos), em cujo período a economia cafeeira encontrava-se em plena fase de expansão. A partir do exame dos inventários, encontraram-se cinco grandes escravistas produtores de café: Joaquim Manoel de Freitas, Sargento-Mor José Ramos Nogueira, Tenente Coronel Luiz Gomes Nogueira, José de Aguiar de Toledo e, por último, o Capitão Joaquim José Pereira. Juntos, estes senhores dominavam a demografia escrava e a paisagem agrária da localidade, pois eram proprietários de 732 cativos (60,3% do total), 622.500 pés de café (63,7% do total) e 1.227,962 alqueires geométricos de terras (48,1% do total).⁹ Os quatro primeiros indivíduos pertenciam aos ramos familiares de maior prestígio econômico, político e social da região (os *Freitas*, os *Almeida Nogueira* e os *Almeida Vallim*), concentrando a maior parte dos escravos, terras e cafezais de Bananal.

O passo seguinte, por seu turno, consistiu em acompanhar as trajetórias destes indivíduos por meio das informações disponíveis nas Listas Nominativas de 1817, 1822 e 1829, justamente no período de formação de suas fortunas, culminando na análise de seus respectivos inventários, abertos no decênio de 1830. Contudo, o Capitão Joaquim José Pereira teve que ser eliminado da amostra, haja vista que o mesmo migrara para Bananal somente nesta década.¹⁰ Além deste, José

⁹ Dos 51 inventários pertencentes aos cafeicultores escravistas nesse período, encontraram-se 64 propriedades rurais. Todavia, 40 propriedades (62,5% ao todo) apresentaram o registro completo – em braças quadradas – dos imóveis, dando-se a linha de testada (comprimento) e a linha de fundos (largura). Quanto às demais 24 propriedades rurais (37,5% ao todo), parte delas apresentou somente o comprimento, enquanto a outra parte exibiu indicações genéricas, tais como “umas posses de terras”, “uma sorte de terras”. Vale destacar, por fim, que a área total das propriedades dos cafeicultores (2.551,075 alqueires geométricos) corresponde a cerca de 16,0% da superfície de Bananal (ver nota 29).

¹⁰ Ao analisar o inventário do Capitão Joaquim José Pereira, proprietário da Fazenda do Capitão-Mor, constatou-se que os seus 72.000 cafezais tinham sido plantados por volta de 1836, três anos antes da abertura do processo. Este fato,

Ramos Nogueira e Luiz Gomes Nogueira foram igualmente eliminados da amostra neste artigo por conta do reduzido espaço deste *paper*.¹¹ De todo modo, os dois casos elegidos elucidam de forma satisfatória as estratégias empresariais que conduziram os escravistas na formação da cafeicultura em Bananal. Dito isso, a partir das Listas Nominativas, levantaram-se informações atinentes à ocupação, origem, estado conjugal, idade e produção agrícola dos agricultores, bem como os dados referentes à composição demográfica de seus escravos (sexo, idade, origem e estado conjugal).

Joaquim Manoel de Freitas

As terras da “Perapetinga” e “Água Comprida” foram uma das primeiras sesmarias concedidas na região onde seria fundado o povoado de Bananal. As propriedades ocupavam uma imensa área de 4.100,000 alqueires geométricos (cerca de 26,0% de toda a superfície de Bananal).¹² No requerimento esboçava-se já o interesse em dividir as terras entre Pedro Rodrigues de Almeida Leal, Francisco Xavier da Graça e Domingos da Costa. A concessão, realizada em 1780, dividiu as propriedades da seguinte maneira: Almeida Leal ficou com as terras hoje conhecidas como *Água Comprida* e *Perapetinga*; Francisco Gonçalves Leite recebeu as terras denominadas de *Turvo*, a João Barbosa de Camargo coube as do *Retiro* e, por fim, Francisco da Graça ficou com a *Cachoeirinha*. Na década de 1790, Domingos Rodrigues da Silva, que era casado com Maria Rodrigues de Souza, “comprou a Francisco Xavier da Graça sobejos da sobrequadra da sesmaria de Pedro de Almeida Leal” (RODRIGUES, 1980: 22-23; 32; 47). Os “sobejos da sobrequadra” referiam-se às terras da Perapetinga (AZEVEDO, 2007: 22-23). Nesta sesmaria, no decorrer do século XIX, formar-se-ia um dos ramos familiares de maior proeminência da região de Bananal, os Freitas.

Domingos Valadão de Freitas e Maria de Freitas eram naturais da Ilha das Flores, Bispo de Angra dos Reis de Portugal. Não se sabe ao certo, mas é provável que o casal e seus filhos

aliado à ausência de seu nome nos Maços de População de 1817, 1822 e 1829, apontou que o escravista havia se estabelecido em Bananal apenas na década de 1830, que, por conta disso, teve que ser excluído da amostra. Cf. MMN, *Inventário do Capitão Joaquim José Pereira*. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 478, 29/01/1839. A lista de 1836 indica que Pereira, natural de São João Marcos, de 59 anos de idade, tinha “fazenda de culturas” e produziu 1.000 alqueires de mantimentos. Não há nenhuma menção ao cultivo de café. Cf. AESP, 1836, Bananal.

¹¹ Vale indicar, entretanto, que a análise da montagem da cafeicultura em Bananal a partir dos casos envolvendo os quatro cafeicultores escravistas supracitados poderá ser acompanhada no Capítulo 1, “O povoado de Bananal: das origens ao apogeu, c. 1790 – c. 1860” de minha dissertação de mestrado.

¹² Segundos dados do IBGE (2010), atualmente a área total dos municípios de Bananal e Arapeí – que no século XIX compunham a Vila de Bananal –, é de 616,428 Km² e 156,902 Km², respectivamente, que corresponde a uma superfície total de 773,330 Km². Convertendo a área em Km² para o alqueire geométrico, vê-se que a Vila de Bananal, no século XIX, apresentava uma superfície total de aproximadamente 15.980,000 alqueires geométricos.

tenham imigrado para São João Marcos/RJ no último quarto do século XVIII. Uma de suas filhas, Izabel Maria de Jesus, contraiu núpcias com Francisco Manoel de Freitas, e o casal teria se estabelecido na sesmaria da Perapetinga entre 1810 e 1815. Provavelmente, Izabel e Francisco foram um dos primeiros membros da família Freitas a estabelecerem moradia nesta região.¹³

O primeiro escravista analisado, Joaquim Manoel de Freitas, filho de Francisco Manoel de Freitas e Izabel Maria de Jesus, nasceu em São João Marcos, por volta de 1785. Em 1817, Freitas era casado com Felícia Maria de Santana, neta materna de Domingos Rodrigues da Silva, primeiro proprietário das terras da Perapetinga.¹⁴ Santana tinha, nesse período, cerca de 30 anos da idade e também era oriunda de São João Marcos. O casal residia na Perapetinga desde pelo menos o final da década de 1800, já que seus filhos – Luiz, de sete anos, Maria, de cinco, e Joaquim, de dois anos – eram naturais de Bananal. O acesso a uma porção de terras na dita sesmaria deve ter sido facilitado pelo fato dos pais de Freitas e Santana serem moradores na região.

Joaquim Manoel era agricultor e cultivava gêneros alimentícios, em 1817. Produziu 400 alqueires de milho e 30 de feijão.¹⁵ O grande volume de milho colhido (cerca de 12 toneladas) aponta que os primeiros cafezais teriam sido plantados em sua propriedade neste período, pois que, como se viu, os agricultores do Vale do Paraíba adotaram a prática de se cultivar milho e feijão entre os pés de café recém-plantados. Isso se comprova pelo fato de, em 1822, ter havido colheita de grãos de café. Provavelmente, parte desta produção de milho foi vendida no mercado interno, apesar da lista nominativa assinalar que os gêneros foram consumidos “em casa”. Além dos mantimentos, Freitas também produziu 30 arrobas de toucinho, das quais 27 foram exportadas para o Rio de Janeiro (**Tabela 1**). O lavrador contava com a mão de obra de apenas quatro escravos: todos africanos, solteiros, adultos, sendo três homens e uma mulher (**Tabelas 2, 3, 4, 5**). Pode-se perceber, portanto, que o agricultor plantou seus primeiros cafezais após 1815, período este

¹³ Cf. MMN, *Inventário de Izabel Maria de Jesus*. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 198, 08/05/1832. Izabel já era viúva de seu marido quando falecera (24/02/1831). Seu patrimônio atingiu a soma de 5:024\$460, cujos bens eram compostos basicamente por escravos (oito no total), cafezais (3.200 pés) e terras (20,250 alqueires geométricos), equivalente a 73,8% do valor monetário dos bens. Dentre os cafezais, 1.500 pés foram descritos como “velhos”, que neste caso deveriam ter entre 15 e 20 anos de idade; assim, supondo que o próprio casal tenha plantado o cafezal, pode-se afirmar que Izabel e Francisco estabeleceram-se na sesmaria da Perapetinga entre 1810 e 1815. Vale notar, por fim, que no processo há a transcrição do testamento de Izabel, onde foi possível encontrar as informações a respeito de sua naturalidade. O inventário de Mariana de Jesus, irmã de Izabel Maria de Jesus, também apresenta a transcrição de seu testamento. Neste há a indicação de que seus pais, Domingos Valadão de Freitas e Maria de Freitas, faleceram na Vila de São João Marcos, indicando que o casal teria imigrado de Portugal para esta região. Cf. MMN, *Inventário de Mariana de Jesus*. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 16, Nº 255, 12/05/1834.

¹⁴ Segundo Pindaro de Carvalho Rodrigues (1980: 44), Joaquim Manoel de Freitas e Felícia Maria de Santana registraram sua união conjugal apenas em 23/09/1825.

¹⁵ Um alqueire de milho/feijão corresponde a 36,27 litros ou 30,225 Kg.; um alqueire de arroz, por sua vez, corresponde a 36,27 litros ou 24,180 Kg; por fim, uma arroba é igual a 14,689 Kg. Cf.: LUNA; KLEIN, 2001: 2-4.

mercado, no contexto internacional, pela volta da paz na Europa e pelo aumento nas cotações do preço do café.

Tabela 1 – Produção Agrícola de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho ^A	400	50	300
Feijão ^A	30	30	90
Arroz ^A	-	20	300
Farinha ^A	-	-	100
Toucinho ^B	30	-	-
Café ^B	-	100	800

Fontes: AESP, 1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças (Bananal); 1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças (Bananal); 1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças (Bananal).

Nota: (A) Avaliado em *alqueires*; (B) Avaliado em *arrobas*.

No ano de 1822, Freitas continuou cultivando milho, embora a produção tenha retraído-se a 50 alqueires. A queda na colheita atesta uma vez mais que o grande volume colhido em 1817 era produto dos pés de milho plantados entre as fileiras dos arbustos de café, enquanto estes ainda eram novos. O lavrador colheu, ademais, 100 arrobas de café (0,5% da produção da Freguesia), 30 alqueires de feijão (mesmo volume da safra de 1817) e, por fim, passou a cultivar – ou houve o cuidado de se registrar – o arroz, 20 alqueires (**Tabela 1**). Não houve, neste período, um incremento significativo em sua força de trabalho, haja vista que o agricultor tinha somente seis cativos. Observaram-se, entretanto, algumas mudanças no perfil demográfico da escravaria: havia cinco africanos e um crioulo, todos eram solteiros, homens e adultos. Além disso, entre 1817 e 1822, houve redução na idade média dos escravos, que caiu de 23,5 para 18,5 anos (**Tabelas 2, 3, 4, 5**). Importante frisar que não havia nenhum cativo remanescente da escravaria de 1817, o que pode indicar uma alta taxa de mortalidade devido à brutal exploração do trabalho escravo. Pode-se cogitar igualmente que os cativos tenham sido vendidos ou faleceram por outras razões. De todo modo, a reposição completa da escravaria é um dado significativo.

Tabela 2 – Origem dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1836

Ano Origem	1817		1822		1829		1836	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Africanos	4	100,0	5	83,3	48	90,5	69	85,2
Crioulos	-	-	1	16,7	5	9,5	12	14,8
Total	4	100,0	6	100,0	53	100,0	81	100,0

Fontes: Tabela 1; MMN, *Inventário de Felícia Maria de Santana*.
Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.

Tabela 3 – Estado Conjugal dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1836

Ano Est. Conj.	1817		1822		1829		1836	
	N	%	N	%	N	%	N	%

Casados	-	-	-	-	12	33,3	16	25,4
Solteiros	4	100,0	6	100,0	24	66,7	47	74,6
Total	4	100,0	6	100,0	36	100,0	63	100,0

Fonte: Tabela 2.

Nota: Escravos com 15 anos ou mais.

Por sua vez, em 1829, houve um aumento expressivo na produção de alimentos e de café. Observa-se, ademais, a estreita correlação entre o aumento da colheita de milho, que passou de 50 para 300 alqueires, e a de café, que elevou-se a 800 arrobas (1,8% do montante colhido em Bananal). A produção de feijão triplicou no mesmo período (90 alqueires), enquanto a de arroz cresceu mais de dez vezes (300 alqueires). Também houve produção de farinha de mandioca no domicílio (100 alqueires), o que provavelmente indica não a novidade desta cultura, mas antes o cuidado do recenseador em registrá-la (**Tabela 1**).

O aumento na produção agrícola foi acompanhado de perto pela expansão física da mão de obra do cafeicultor. A escravaria elevou-se a 53 indivíduos, sendo a maior parte dela africana (90,5%), masculina (79,2%), adulta – entre 15 e 49 anos – (67,9%) e, dentre estes últimos, um terço tinha laços matrimoniais. A idade média da escravaria (19,4 anos) praticamente não se alterou em relação a 1822. Todos os escravos adultos eram africanos e quase 70% deles era do sexo masculino. Por seu turno, dentre as crianças – com idade igual ou inferior a 14 anos – (17 no total), 12 eram oriundas da África e as cinco restantes nasceram na propriedade. Segundo a lista nominativa, as 12 crianças africanas, todas do sexo masculino, foram compradas em 1829 (**Tabelas 2, 3, 4, 5**). O cafeicultor abasteceu sua propriedade com cativos jovens prevenindo-se, portanto, contra o término do tráfico atlântico, previsto para se encerrar em 1831. O que se evidencia, deste modo, é que entre 1817 e 1829 Joaquim Manoel de Freitas manteve em sua propriedade uma elevada taxa de cativos jovens e adultos do sexo masculino, que lhe permitiu expandir sua produção de café e ampliar seu patrimônio em virtude dos altos lucros proporcionados pela cafeicultura.

Tabela 4 – Sexo dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1836

Ano Sexo	1817		1822		1829		1836	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	3	75,0	6	100,0	42	79,2	57	70,4
Feminino	1	25,0	-	-	11	20,8	24	29,6
Total	4	100,0	6	100,0	53	100,0	81	100,0

Fonte: Tabela 2.

Tabela 5 – Estrutura Etária dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1836

Ano Faixa Etária	1817		1822		1829		1836	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	-	-	-	-	17	32,1	18	22,2

15-49	4	100,0	6	100,0	36	67,9	63	77,8
Total	4	100,0	6	100,0	53	100,0	81	100,0

Fonte: Tabela 2.

Alguns anos mais tarde (1835), Felícia Maria de Santana faleceu aos 50 anos de idade. Em seu inventário, autuado em 1836, deixou, além de seu marido, uma prole numerosa, treze no total: Luiz Manoel de Freitas, Joaquim Valadão de Freitas e Maria Joaquina de Jesus, que estavam casados neste período; Ludovino, Manoel, Mariano, Placidina, Antônio e Bernardino, que eram solteiros e, por fim, Ludovina, João, José e Antônia, que nasceram entre 1829 e 1835.¹⁶ O patrimônio do casal, no decurso do tempo, atingiu uma quantia considerável para o período, 50:955\$680,¹⁷ composto basicamente por escravos, terras e situações (lavouras e benfeitorias), que juntos compunham 87,7% de todos os bens (**Tabela 6**). A riqueza do casal estava distribuída em duas propriedades: Sítio da Perapetinga e Sítio da Serra. O Sítio da Perapetinga, a maior unidade produtiva, tinha cerca de 115 alqueires geométricos de área, 52.500 pés de café (2.500 “velhos”, 35.000 “em bom uso”, 10.000 com “um ano” e 5.000 com “dois anos de idade”) e um pequeno canavial (“um quartel novo de canas”). A principal atividade econômica de Joaquim Manoel ainda era o cultivo de café. Não foi possível, porém, determinar o volume colhido, mas sabe-se que havia no paiol “500 arrobas de café seco em casca”. Vale notar ainda que a grande proporção de cafezais novos (cerca de 30% do total) indica que o agricultor estava ampliando suas plantações.¹⁸

Tabela 6 – Composição do Patrimônio de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1836

Patrimônio	Valor Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	25:385\$000	49,8
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	15:604\$600	30,6
Terras	3:716\$000	7,3
Animais	3:384\$800	6,7
Dívidas Ativas	1:273\$060	2,5
Outros	1:592\$220	3,1
Total	50:955\$680	100,0

Fonte: MMN, *Inventário de Felícia Maria de Santana*.
Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, N° 328, 22/02/1836.

De acordo com os imóveis arrolados no inventário, pode-se afirmar que o Sítio da Perapetinga era uma unidade produtiva completa. A família residia na “casa de morada”, localizada,

¹⁶ Pindaro de Carvalho Rodrigues (1980: 42-43) equivocou-se ao atribuir ao casal doze filhos e não treze, como foi possível identificar no inventário de Felícia Maria de Santana. O equívoco ocorreu pelo fato do autor ter consultado apenas o testamento de Santana, que listou apenas doze filhos.

¹⁷ Lê-se: cinquenta contos, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta réis.

¹⁸ Padre Aguiar (1836: 11) advertia aos cafeicultores que plantassem anualmente 10% do total de pés cultivados, com o objetivo de repor possíveis perdas que ocorressem durante o ano e manter a unidade plenamente produtiva.

provavelmente, no centro do complexo produtivo. Os escravos, por sua vez, coabitavam os “dezenove lanços de casas em um quadro, que servem de senzalas, tudo coberto de telha”. Os grãos de café eram secados no terreiro murado com “parede de adobes” e beneficiados nos dois monjolos hidráulicos. Na propriedade, cultivava-se gêneros alimentícios, haja vista que, dentre os imóveis, foram localizadas duas rodas de sevar mandioca, uma “prensa de fuso de enxugar massa” e um forno de cobre, que serviam para a produção de farinha de mandioca. Além do mais, os monjolos hidráulicos também eram utilizados no beneficiamento de arroz. A existência de “cinco lanços de casas cobertos de telha [...] que servem de paiol” também reforça o argumento de que o Sítio da Perapetinga era uma propriedade policultora.¹⁹

A escravaria de Joaquim Manoel de Freitas ampliou-se fisicamente no período, atingindo a soma de 81 indivíduos (6,7% dos escravos inventariados nos anos 1830). Todos conviviam nos “dezenove lanços [...] de senzalas” do Sítio da Perapetinga. Entre 1829 e 1836, houve uma redução percentual na população africana, que passou de 90,5% para 85,2%, na de homens, que caiu de 79,2% para 70,4%, e na de casados, que pendeu de um terço para um quarto. Porém, verificou-se um aumento na taxa de adultos, que passou de 67,9% para 77,8%. A idade média dos cativos manteve-se estável, em torno de 19,1 anos. Quanto às crianças (18 no total), onze eram crioulas e, destas, três nasceram na propriedade. No caso dos adultos, três quartos eram do sexo masculino e havia somente um crioulo (**Tabelas 2, 3, 4, 5**). Em suma, os dados apontam que a força de trabalho de Joaquim Manoel continuava plenamente apta para a expansão das plantações de café.

O decréscimo relativo da população africana e masculina justifica-se pelo término do “infame comércio” entre 1831-1835. No entanto, o encerramento do tráfico contribuiu igualmente para que houvesse uma ligeira expansão física, mas não proporcional, nas uniões matrimoniais: em 1829, havia 12 escravos casados, ao passo que, em 1836, este número elevou-se a 16 (**Tabela 3**).

O Sítio da Serra, por outro lado, era uma propriedade menor e tinha cerca de 25,5 alqueires geométricos e 18.000 pés de café (5.000 “muito velhos”, 11.000 “velhos”, 2.000 “novos dando fruta”). A grande quantidade de cafezais velhos parece indicar que esta teria sido a primeira propriedade rural do casal. Com o aumento dos lucros auferidos pela cafeicultura, Freitas deve ter comprado as terras onde seria construído o Sítio da Perapetinga. Seja como for, o Sítio da Serra não se tratava de uma unidade produtiva completa, como o da Perapetinga. Havia apenas “três lanços de

¹⁹ Na Lista Nominativa de 1836, Joaquim Manoel de Freitas colheu uma grande quantidade de gêneros, dentre os quais: 600 cargueiros de milho, 200 alqueires de feijão e 1.000 alqueires de arroz. Não foi arrolada, contudo, a produção de café. Cf.: AESP, 1836, Bananal.

casas de vivenda”, um terreiro de café com suas benfeitorias, um paiol, uma roda de sevar mandioca, uma “prensa de fuso [...] de enxugar a massa” e um forno de cobre.

Após o falecimento de Felícia Maria de Santana, Joaquim Manoel de Freitas abandonou a produção cafeeira e transferiu-se para a Freguesia de Caçapava, onde se tornou comerciante. Os filhos que o acompanharam entraram na política e fundaram, com outros indivíduos, a atual Caçapava (RODRIGUES, 1980: 44-5). Já os demais filhos que permaneceram em Bananal – Luiz Manoel de Freitas, Joaquim Valadão de Freitas, Maria Joaquina de Jesus, Ludovino, Manoel e Ludovina – tornar-se-iam destacados cafeicultores na região, embora não tão avultados quanto o pai, pois o patrimônio acumulado teve que ser dividido entre Freitas e seus filhos com a morte de Santana.

José de Aguiar de Toledo

José de Aguiar de Toledo, nasceu em Angra do Heroísmo, localizada na costa sul da Ilha Terceira, nos Açores,²⁰ por volta de 1770.²¹ Segundo Píndaro Rodrigues (1980: 173), Toledo chegou a Bananal no final do século XVIII, após ter minerado ouro em São João del Rey e Baependi, Minas Gerais.²² Em 1817, Toledo, com cerca de 43 anos, era casado com Maria Ribeiro, natural de Minas Gerais, 37 anos, e tinha seis filhos: Maria, 20 anos, Antônio, 17 anos, João, 12 anos, Manoel, onze anos, Águeda, dez anos, e José, três anos. Todos eles nasceram na Freguesia, indicando que o casal de fato se estabeleceu em Bananal em fins dos Setecentos. No mesmo ano de 1817, José de Aguiar colheu 99 arrobas de café, 60 alqueires de milho, 19 alqueires de feijão e, por fim, produziu 20 arrobas de toucinho. Como se vê, o agricultor também combinava o cultivo de mantimentos com o de café (**Tabela 7**). A quantidade de mantimentos colhidos atesta que os excedentes também eram vendidos no mercado interno. Sua escravaria, composta por 17 indivíduos, era superior à posse média de cativos dos cafeicultores escravistas (10,4) (MOTTA, 1990: 150). Destes, somente dois eram africanos, todos os cativos eram solteiros, 70,6% eram do sexo masculino e 76,5% eram adultos. Provavelmente, existiam uniões ilegítimas entre os escravos na sua propriedade, visto que das quatro crianças declaradas, todas crioulas, apenas uma delas teve o nome dos pais registrado (**Tabelas 8, 9, 10, 11**).

²⁰ Ibid., p. 48.

²¹ Nas Listas Nominativas de 1817, 1822 e 1829 há uma grande variação nas idades de José de Aguiar de Toledo: na primeira, o agricultor tinha 43 anos; na segunda, 55 anos e, por último, na terceira, 60 anos. Assim, Toledo teria nascido entre 1767 e 1774.

²² Nota-se que o autor não fornece as fontes em que se fundamentam as suas afirmações.

Tabela 7 – Produção Agrícola de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho ^A	60	200	300
Feijão ^A	19	200	150
Arroz ^A	-	200	20
Toucinho ^B	20	100	60
Café ^B	99	1.000	2.500

Fonte: Tabela 1.

Notas: (A) Avaliado em *alqueires*; (B) Avaliado em *arrobas*.

Em 1822, houve uma ampliação expressiva na lavoura de Toledo: colheu 200 alqueires de milho, 200 de feijão, 200 de arroz, 100 arrobas de toucinho e, por fim, 1.000 arrobas de café (4,5% do montante colhido na Freguesia). Novamente nota-se a estreita correlação entre a produção de mantimentos e a de café (**Tabela 7**). Neste ano, a novidade foi a produção de arroz, inexistente – ou não arrolada – no período anterior. Interessante notar que, a despeito do aumento na produção, não houve um grande incremento no número de trabalhadores, pois a escravaria agora era de 20 indivíduos. No entanto, a composição demográfica destes cativos sofreu profundas alterações: os africanos elevaram-se a três quartos, enquanto a taxa de homens e adultos reduziu-se a dois terços. Verificou-se também uma ligeira queda na idade média dos cativos, que passou de 18,6 para 17,7 anos. Novamente, todos os escravos adultos foram descritos como solteiros, ainda que quatro crianças (três meninas e um menino) tenham nascido na propriedade (**Tabelas 8, 9, 10, 11**). Em suma, percebe-se que entre 1817 e 1822, Toledo adquiriu no mercado escravos africanos e jovens com o objetivo de expandir sua produção agrícola, assim como o fez Joaquim Manoel de Freitas.

Tabela 8 – Origem dos Escravos de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Origem	1817		1822		1829	
	N	%	N	%	N	%
Africanos	2	11,8	15	75,0	73	89,0
Crioulos	15	88,2	5	25,0	9	11,0
Total	17	100,0	20	100,0	82	100,0

Fonte: Tabela 1.

Tabela 9 – Estado Conjugal dos Escravos de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Est. Conj.	1817		1822		1829	
	N	%	N	%	N	%
Casados	-	-	-	-	-	-
Solteiros	13	100,0	13	100,0	71	100,0

Viúvos	-	-	-	-	-	-
Total	13	100,0	13	100,0	71	100,0

Fonte: Tabela 1.

Nota: Escravos com 15 anos ou mais.

Por sua vez, em 1829, a produção cafeeira mais do que duplicou, atingindo 2.500 arrobas (5,5% da safra colhida em Bananal). Também houve expansão na colheita de milho (300 alqueires) e retração na de feijão (150 alqueires), arroz (20 alqueires) e na produção de toucinho (60 arrobas), indicando que José de Aguiar estava se especializando na produção de café (**Tabela 7**). O aumento na colheita de café tornou-se possível devido ao incremento numérico de cativos neste período, que quadruplicou, atingindo a soma de 82 indivíduos. Além disso, o perfil demográfico da escravaria sofreu algumas mudanças: o grupo dos africanos aumentou sua participação relativa, elevando-se a 89,0%; o percentual de adultos subiu para 82,9% e, por fim, os homens atingiram a marca de 80,5% da população escrava. De novo, não houve nenhum registro de cativos unidos por laços matrimoniais, ainda que das onze crianças registradas, seis tenham nascido na propriedade. Portanto, entre 1822 e 1829, houve um acréscimo relativo e absoluto de africanos, homens e adultos, que resultou no aumento da idade média da escravaria (25,4 anos) (**Tabelas 8, 9, 10, 11**).

Tabela 10 – Sexo dos Escravos de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Sexo	1817		1822		1829	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	12	70,6	13	65,0	66	80,5
Feminino	5	29,4	7	35,0	16	19,5
Total	17	100,0	20	100,0	82	100,0

Fonte: Tabela 1.

Tabela 11 – Estrutura Etária dos Escravos de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Faixa Etária	1817		1822		1829	
	N	%	N	%	N	%
0-14	4	23,5	7	35,0	11	13,4
15-49	13	76,5	13	65,0	68	82,9
50 ou +	-	-	-	-	3	3,7
Total	17	100,0	20	100,0	82	100,0

Fonte: Tabela 1.

Em 1838, José de Aguiar de Toledo veio a falecer aos 60 anos de idade. Como todos os herdeiros eram maiores de idade, fez-se o inventário amigável dos bens do casal. Além da esposa, Maria Ribeiro de Aguiar, o fazendeiro deixou oito filhos: Francisco de Aguiar Vallim, casado com Maria Ribeiro de Aguiar (homônimo de sua sogra), Maria Ribeiro do Espírito Santo, casada com Apolinário Pereira Ribeiro, Antônio Ourique de Aguiar e Manoel de Aguiar Vallim, ambos solteiros, Águeda Maria de São José, casada com Francisco Antônio de Moura, José de Aguiar

Vallim, casado com Mônica Maria de Aguiar, Eufrásia Maria de São José, casada com José Gonçalves Pereira, e, por fim, Inácia Ribeiro do Evangelho, casada com Francisco Luiz da Costa.

Nos últimos nove anos de vida, Toledo acumulou uma fortuna colossal, avaliada em 282:631\$840. Em seu patrimônio constavam a Fazenda Pinheiros e a Fazenda do Resgate, além de duas casas na Vila. A Fazenda Pinheiros e as casas na Vila foram estimadas em 141:315\$920, correspondente a metade da soma dos bens; nesta fazenda havia 155 escravos (12,8% da escravaria inventariada na década de 1830) e 60 bestas arreadas. Nenhuma outra informação foi possível extrair do documento acerca desta unidade produtiva, pois a fazenda e as duas casas na Vila foram legadas à viúva inventariante, não havendo, portanto, necessidade de se avaliar os bens individualmente. Quanto aos escravos desta propriedade, a Fazenda Pinheiros, sabe-se tão-somente que 77,4% (120) eram do sexo masculino e 22,6% (35) eram mulheres. Apenas alguns cativos tiveram sua origem descrita no processo (15 no total); neste caso, tudo leva a crer que grande parte dos escravos era composta pelos africanos, devido à elevada razão de sexo (120/35x100 = 342,8 homens para cada grupo de 100 mulheres). Ademais, nenhum cativo teve sua idade e estado conjugal declarados.

Tabela 12 – Composição do Patrimônio da *Fazenda do Resgate* de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1838

Patrimônio	Valor Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	46:452\$000	32,9
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	73:575\$700	52,0
Terras	19:200\$000	13,6
Animais	1:978\$000	1,4
Cobres e Miudezas	110\$220	0,1
Total	141:315\$920	100,0

Fonte: MMN, *Inventário Amigável de José de Aguiar de Toledo*.
Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 427, 09/02/1838.

Na Fazenda do Resgate, por outro lado, a maioria dos bens foi assinalada no inventário, uma vez que a mesma fora dividida entre os oito herdeiros de Toledo. A maior parte dos bens da fazenda estava distribuída em escravos (32,9%), situações (52,0%) e terras (13,6%). Uma pequena parcela estava dividida em animais (1,4%) e “cobres e miudezas” (0,1%). Além disso, nenhuma dívida passiva ou ativa fora arrolada no processo, de praxe nos inventários amigáveis (**Tabela 12**). A fazenda ocupava uma enorme área (300 alqueires geométricos) e possuía uma vasta quantidade de cafezais, que totalizavam 324.000 pés (500 “velhos”, 40.000 “novos”, 283.500 sem descrição). Como se vê, o fazendeiro estava ampliando suas plantações, uma vez que no mínimo cerca de 12%

dos arbustos eram novos. A produção de café na fazenda nas duas propriedades girava em torno de 12.000 arrobas,²³ indicando, deste modo, a expansão exorbitante da colheita do artigo entre 1829 e 1838, que cresceu quase cinco vezes.

Os cafezais da Resgate eram cultivados por uma escravaria bastante numerosa, 142 no total (11,7% da escravaria inventariada no decênio de 1830), que residia nos “25 lanços de senzalas cobertos de telha”.²⁴ Destes, 79,6% (113) eram homens e 20,4% (29) eram do sexo feminino. Poucos escravos tiveram sua origem descrita (14 ao todo). Levando-se em conta a alta razão de sexo (113/29x100 = 389,6 homens para cada 100 mulheres), pode-se novamente sugerir que a maioria destes trabalhadores havia nascido no continente africano. Por último, vale destacar que as relações familiares e as idades desta escravaria também não foram anotadas no processo.

O inventário não traz informação direta sobre a produção de gêneros alimentícios na Fazenda do Resgate. Todavia, a existência de “um paiol com quatro lanços”, “um moinho, roda de mandioca, monjolo” indica que a propriedade produzia gêneros alimentícios. A Fazenda ainda tinha uma “uma casa de morar e sua respectiva cozinha”, tulha de café, “tenda de ferreiro”, “rancho de tropa”, “engenho de serra com respectivo rego d’água e bica” e “engenho para socar café”, apontando que o cafeicultor adotava os métodos mais modernos no beneficiamento dos grãos.

Dentre os seus herdeiros, Manoel de Aguiar Vallim foi o que mais se destacou. No decorrer da segunda metade do século XIX, tornou-se um dos fazendeiros de café mais abastados do Vale do Paraíba. Vallim casou-se, em 1844, com Domiciana Maria de Almeida, filha de um dos mais ilustres cafeicultores da região, o Comendador Luciano José de Almeida. O seu casamento selou a união do ramo familiar de maior prestígio econômico, político e social de Bananal, os Almeida Vallim.

Considerações finais

A partir dos dois casos analisados pode-se afirmar, em primeiro lugar, que os indivíduos que investiram na cafeicultura eram agricultores e guiaram as estratégias de gestão de suas empresas escravistas em consonância ao sistema de preços do café no mercado internacional. Como se viu, os agricultores investiram na cafeicultura apenas na década de 1810, justamente no momento em que os preços do café dispararam no mercado mundial. Ao que tudo indica, os agricultores tiveram que

²³ AESP, 1836, Bananal. A fonte, no entanto, não indica a produção de mantimentos nas propriedades rurais.

²⁴ Eduardo Schnoor (1995: 31-62) afirma equivocadamente que José de Aguiar de Toledo possuía 148 escravos e 285.000 pés de café na Fazenda do Resgate.

autofinanciar as suas lavouras de café, combinando o cultivo de café com a produção de gêneros alimentícios, cujos excedentes eram vendidos no mercado interno. De um modo geral, esta foi a solução encontrada pelos agricultores do Vale do Paraíba paulista, conforme apontou Luna e Klein (2005).

No caso do Vale do Paraíba fluminense, Fragoso e Florentino (2001) argumentaram que a montagem da cafeicultura obedeceu a outros critérios empresariais. Em virtude dos baixos preços do café no mercado externo, na década de 1820, atrelada à natureza “arcaica” da sociedade colonial, fundada na nobreza da terra, os indivíduos que inverteram seus capitais na atividade cafeeira guiaram suas estratégias tendo em vista a busca por *status* social que somente a posse de terras, escravos e cafezais lhes conferiam.

No entanto, deve-se destacar que os preços do café no mercado mundial foram ditados pelo próprio ritmo da produção brasileira de café. As milhares de sacas de café despejadas nos portos do Atlântico Norte aumentaram vertiginosamente a oferta mundial do produto, que induziu à diminuição nos preços do artigo no mercado. Portanto, a despeito da queda nas cotações do preço do café, os produtores brasileiros continuaram cuidando de seus cafezais na expectativa de ganhos futuros e, sempre que o mercado sinaliza o aumento nas cotações, os cafeicultores expandiam suas plantações de café. Ao menos no caso de Bananal, conforme se demonstrou, a atividade cafeeira possibilitou o enriquecimento de muitos indivíduos, que foi ditado sobretudo pela alta lucratividade da cafeicultura.

Bibliografia

AGUIAR, Pe. João Joaquim Ferreira de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836.

AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo de. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850*. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2007.

CANABRAVA, Alice P. *A grande lavoura*. In: História econômica: estudos e perspectivas. 1ª ed., 1971. São Paulo: ABPHE/Hucitec/Ed. Unesp, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 1ª ed., 1966. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1ª ed., 1993. Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1ª ed., 1959. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1974.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 1ª ed., 1990. São Paulo: Ática, 1991.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. (trad. port.). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico*. In: Boletim de história demográfica, ano VIII, n. 21, março de 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (org.). *O Brasil Império (1808-1889). Volume 2 (1831-1871)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 1ª ed., 1838. São Paulo: o Estado de São Paulo, 1923.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 1ª ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores do Bananal*. (Rev. e apêndice de L. de A. Nogueira Porto). São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Coleção Paulística, XVIII).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. (trad. port.). São Paulo: Edusp – Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.

SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da história econômica do café*. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940.

STEIN, Stanley J. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. 1ª ed., 1957; trad. port.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. 1ª ed., 1965. In: Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.